

Pobreza multidimensional, gênero e trabalho do cuidado

Algumas perspectivas teóricas

Maria Júlia Buck Rossetto

Universidade Estadual de Campinas , Brasil
m148816@dac.unicamp.br

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
anasqa@unicamp.br

Luís Renato Vedovato

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Irvedova@unicamp.br

Fecha de recepción: 24/9/2025

Fecha de aceptación: 27/11/2025

Resumo

A análise da pobreza multidimensional é fundamental diante das problemáticas socioespaciais aprofundadas pelo neoliberalismo. Evidenciar a pluralidade dos grupos sociais, especialmente suas condições e privações, é essencial para compreender distintas realidades. A interseccionalidade, em especial a de gênero, é inerente à multidimensionalidade da pobreza. Nessa perspectiva, o trabalho do cuidado torna-se central para entender as dinâmicas femininas, pois resulta de uma histórica assimetria de poder que produz múltiplas vulnerabilidades. Com esse tensionamento, o artigo discute a pobreza multidimensional pelo viés de gênero, articulando reflexões sobre o trabalho do cuidado a partir de revisões teóricas dos conceitos que orientam a análise.

Tramas
y Redes
Dic. 2025
Nº9
ISSN
2796-9096

Palavras-chave

1| pobreza multidimensional 2| trabalho do cuidado 3| gênero 4| interseccionalidade
5| trabalho não pago

Cita sugerida

Rossetto, Maria Júlia Buck, Assis, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz y Vedovato, Luis Renato (2025). Pobreza multidimensional, gênero e trabalho do cuidado: algumas perspectivas teóricas. *Tramas y Redes*, (9), 147-164, 90ak. 10.54871/cl4c90ak



Esta obra está bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es_AR

Pobreza multidimensional, género y trabajo de cuidado: algunas perspectivas teóricas

Resumen

El análisis de la pobreza multidimensional es fundamental ante las problemáticas socioespaciales profundizadas por el neoliberalismo. Evidenciar la pluralidad de los grupos sociales, especialmente sus condiciones y privaciones, es esencial para comprender distintas realidades. La interseccionalidad, en particular la de género, es inherente a la multidimensionalidad de la pobreza. Desde esta perspectiva, el trabajo de cuidados se vuelve central para entender las dinámicas femeninas, pues resulta de una histórica asimetría de poder que produce múltiples vulnerabilidades. Con este enfoque, el artículo discute la pobreza multidimensional desde una perspectiva de género, articulando reflexiones sobre el trabajo de cuidados a partir de revisiones teóricas de los conceptos que orientan el análisis.

Palabras clave

1| pobreza multidimensional 2| trabajo de cuidado 3| género 4| interseccionalidad
5| trabajo no remunerado

Multidimensional poverty, gender and care work: some theoretical perspectives

Abstract

The analysis of multidimensional poverty is essential in the face of socio-spatial issues intensified by neoliberalism. Highlighting the plurality of social groups, especially their conditions and deprivations, is key to understanding diverse realities. Intersectionality, particularly gender intersectionality, is inherent to the multidimensionality of poverty. From this perspective, care work becomes central to understanding women's dynamics, as it stems from a historical power asymmetry that produces multiple vulnerabilities. Based on this tension, the article examines multidimensional poverty from a gender perspective, articulating reflections on care work through theoretical reviews of the concepts that guide the analysis.

Keywords

1| multidimensional poverty 2| care work 3| gender 4| intersectionality 5| unpaid work

Introdução

O problema da pobreza é historicamente presente no desenvolvimento das sociedades. Fomentados por relações assimétricas de poder, que subjugam determinados grupos sociais em favorecimento de outros, é inegável o reconhecimento de que convivemos em padrões de desigualdade constituídos em um processo inacabável que se renova e aprofunda (Federici, 2017; Rago, 2004). Logo, é possível compreender que os fatores que reproduzem a pobreza são multidimensionais e interrelacionados, a depender de uma imensa gama de condições. Então, o acontecimento da pobreza pode ser entendido de maneira relacional, composta por variáveis amplas que, segundo Sen (2000), não implicam somente em privação material.

A pobreza multidimensional parte da leitura de que a racionalidade econômica não tem que estar reduzida apenas à sua dimensão monetária. Como norte condutor dos debates, Sen (2000) demonstra que a pobreza deve ser compreendida através das privações de capacidades, uma vez que envolve uma série de variáveis que são inerentes à condição de pobreza. Ao consolidar o olhar nas privações, é possível inferir que, a depender de quem é o sujeito, da maneira como seu corpo é lido, transita e estabelece relações com a sociedade; a multidimensionalidade desta problemática será vivenciada de maneira distinta, de forma a refletir a complexidade e interligação entre as causas e consequências estruturais que geram e reproduzem esse fenômeno social.

Neste aspecto, a perspectiva interseccional atua na investigação sobre como as relações influenciam em um coletivo transpassado pela diversidade e pelas complexas experiências na vida cotidiana. Enquanto ferramenta analítica (Collins e Bilge, 2021), a potencialidade da interseccionalidade está em considerar que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, faixa etária, entre outras, são necessárias para a compreensão da complexidade da sociedade, dos sujeitos e de suas consequentes relações. Ao invés de encarar pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada, a interseccionalidade fornece ferramentas que explicam como os diferentes grupos sociais se posicionam e são lidos pela sociedade, de maneira a evidenciar coletivos que são especialmente mais vulneráveis (Collins e Bilge, 2021). Então, ao justapor a interseccionalidade à compreensão da pobreza multidimensional é possível lançar o olhar para a potencialidade das diferenças, as reconhecendo enquanto direitos universais sem negar as especificidades de cada sujeito.

É perceptível que em termos de acesso à renda, recursos e serviços (Oliveira, 2018), as mulheres apresentam uma intensa complexidade de perspectivas, capacidades e privações; logo, o gênero pode ser entendido como um dos principais pilares na consolidação das distintas vivências sociais, visto que através dele, a pobreza e a exclusão social se

Tramas
y Redes
Dic. 2025
Nº9
ISSN
2796-9096

MARIA JÚLIA BUCK ROSSETTO ANA ELISA SPAOLONZI QUEIROZ ASSIS
LUIS RENATO VEDOVATO

apresentam para além da generalização e da violência de existência, em uma constante reprodução das desigualdades (Zhang e Gordon, 2020).

Por conseguinte, ao focar nas questões de gênero, depara-se com a necessária discussão e tensionamento da divisão sexual do trabalho. Sendo um princípio organizador do trabalho, a construção e a leitura de gênero geram uma distribuição desigual de tarefas entre os sujeitos (Batthyány, 2021); baseada em qualidades e habilidades socialmente e culturalmente construídas, a divisão sexual do trabalho naturaliza funções e condições vinculadas às mulheres, em especial, o cuidado. Neste sentido, a institucionalização de uma compreensão androcêntrica sobre as responsabilidades femininas “naturaliza a heteronormatividade e a hierarquia de gêneros, removendo-as, em grande medida, do debate político” (Fraser e De Sousa Filho, 2020, p. 276). Logo, a associação das mulheres ao cuidado, “traz à tona estatísticas alarmantes sobre a desigualdade relacionada à divisão sexual do trabalho do cuidado no interior das famílias e a ausência de suporte por parte do Estado para que o cuidado seja assegurado a todos sem comprometimento da vida pública de mulheres para isso” (Duarte e Morimoto, 2024, p. 151).

No que diz respeito às realidades partilhadas na América Latina, não existem políticas públicas universalizadas e efetivas que estejam voltadas ao trabalho do cuidado (Batthyány, 2021), mesmo com a recente decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que reconheceu formalmente o direito autônomo ao cuidado¹. Somado a isso, a multidimensionalidade da pobreza por vezes é reduzida a interpretações exclusivamente monetárias, o que deturpa as realidades e problemáticas femininas no que diz respeito ao acesso a necessidades de uma vida digna. Logo, ao assumir apenas a posição de redistribuidor de recursos, o Estado age na manutenção das desigualdades, especialmente as de gênero (Batthyány, 2021).

Imersas em contextos sociais complexos, as mulheres são afetadas cotidianamente por uma leitura social permeada por valores. A partir disso, é evidente a urgência em aprofundamentos sobre a realidade feminina no que diz respeito à pluralidade de experiências e reproduções sociais estabelecidas no desenvolvimento de suas condições de vida, vulnerabilidades e privações (Silva, 2009). Dessa forma, a relação das mulheres com a construção/manutenção do território é fundamental e suas

1 “A Corte Interamericana reconhece a existência de um Direito Humano Autônomo ao Cuidado”, publicado em San José, Costa Rica, 7 de agosto de 2025. O comunicado oficial pode ser acessado em: https://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_55_2025_POR.pdf

ações devem ser pensadas como manifestações de uma cidadania ativa. Conforme afirma Brah:

Os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais e poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas. (Brah, 2006, p. 341)

Por este ângulo é necessário ter em mente que, dadas as concordâncias no que diz respeito às condições básicas de sobrevivência e superação da pobreza, como alimentação, moradia, educação e segurança, por exemplo, a perspectiva feminina terá particularidades inerentes à desigualdade estrutural de gênero. A reprodução do trabalho não pago (Federici, 2017), a exposição à violência (Saffioti, 2015), ao silenciamento e à exaustão são condições inerentes às narrativas das mulheres, de forma a compor o entendimento acerca das condições de pobreza que vivenciam. Entendendo mulheres enquanto categoria política (Federici, 2023), a leitura sobre as condições de gênero assumidas por estes sujeitos, expõe a posição relativa no acesso a recursos e oportunidades, demonstrando que “essas desigualdades são indicativas da vulnerabilidade maior das mulheres e daqueles que delas dependem” (Biroli e Miguel, 2015, p. 11).

Partindo do pressuposto de que, através da perspectiva multidimensional não é possível realizar a generalização da pobreza, ao ser incorporada a questão de gênero sobre esta leitura, fica evidente a necessidade da interseccionalidade para que a análise da pobreza seja compreendida na pluralidade de relações, sujeitos e assimetrias de poder que residem na reprodução social da desigualdade. À vista disto, a iniciativa de incorporar o gênero às discussões, abre caminhos para a constatação e compreensão de estruturas de dominação que afetam explicitamente as condições de privação dos indivíduos, tendo consciência de que não há neutralidade na constituição sócio-espacial e relacional a qual perpassam as ações, decisões e posicionamentos dos mesmos, uma vez que “exprime relações sociais e reproduz, especialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos” (Calió, 1991, p. 96).

Isto posto, este artigo tem como objetivo contribuir com as discussões teóricas que consideram o gênero — parte da perspectiva interseccional — fundamental nas análises sobre a pobreza multidimensional,

fortalecendo elementos mais amplos na constituição das condições diferenciais de vulnerabilidade entre os sujeitos. Centrando a discussão nas problemáticas que permeiam o trabalho doméstico e o consequente trabalho do cuidado, a proposta tensiona os caminhos que permitem a concepção dos mesmos para um entendimento plural e complexo em defesa de uma vida digna às mulheres. Para tanto, são realizadas revisões teóricas acerca dos conceitos protagonistas deste trabalho — pobreza multidimensional, gênero e trabalho do cuidado — de forma a estabelecer uma linha dialógica que promova a potencialidade de uma leitura conjunta e crítica acerca do fenômeno da pobreza.

Pobreza multidimensional: delineando um conceito no capitalismo contemporâneo

O avanço do processo de globalização, estruturado através de relações que evidenciam a perversidade do capital (Santos, 2001), cria e mantém relações assimétricas e hierárquicas entre os sujeitos em múltiplas escadas, evidenciando a concentração de poder que age na manutenção das desigualdades (De Sousa, Vedovato e Assis, 2023), de forma que a dita potencial fluidez do capital não se efetiva para a maior parcela dos sujeitos. Não existem coincidências ou accidentalidades nas dicotomias e contradições da organização do sistema-mundo global: a integração pressupõe divisões; a síntese está atrelada à dispersão, em um resultado dialético na consolidação das relações atuais que torna os processos complementares e não antagônicos (De Sousa, Vedovato e Assis, 2023).

Dentre as reproduções da desigualdade, o fenômeno da pobreza é estrutural ao desenvolvimento do sistema capitalista. De acordo com Townsend (1979), as pessoas são pobres quando seu controle sobre os recursos é tão inadequado que elas não conseguem participar das atividades, dos costumes e dos padrões de vida comuns da sociedade à qual pertencem, portanto, a pobreza pode ser entendida sobretudo como “uma forma severa de exclusão social” (Petroni, 2021, p. 410).

Na contemporaneidade, o neoliberalismo impulsiona crescente intensidade dos fluxos econômicos que atravessam as relações e estabelecem alterações inclusive nas percepções de espaço e tempo (Fraser, 2023). A leitura do fortalecimento neoliberal acerca das estratégias utilizadas para reconhecer e mensurar a pobreza traz à tona a força do discurso hegemônico sobre as ferramentas utilizadas para a compreensão do problema, que aproximam o debate de uma vertente essencialmente economicista, afastando o diálogo plural sobre os obstáculos para o estabelecimento de ações que favoreçam a segurança dos direitos e o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos. Neste sentido,

na cultura política do capitalismo organizado pelo Estado, as questões sociais foram estruturadas principalmente em termos distributivos, como assuntos relativos à distribuição equitativa de bens divisíveis, especialmente renda e empregos, enquanto as divisões sociais foram vistas principalmente pelo prisma de classe. Assim, a injustiça social perfeita era a distribuição econômica injusta, e sua expressão paradigmática era a desigualdade de classes. O efeito deste imaginário [...] era marginalizar, se não completamente obscurecer, outras dimensões locais e eixos de injustiça. (Fraser, 2009, p. 16)

Rompendo com uma compreensão exclusivamente monetária da pobreza multidimensional, voltada apenas a dados quantitativos que consequentemente esvaziam a multiplicidade das sociedades e dos sujeitos, Sen (2000) elabora em seus estudos uma abordagem distinta para a análise das condições de vida, desenvolvendo os conceitos de privações e capacidades, nos quais defende que o indivíduo não deve apenas ter renda, mas deve ser capaz de traduzi-la em bem-estar. O conceito proposto por Sen (2000) introduz amplas variáveis, chamando a atenção para o fato de que os indivíduos podem sofrer privações em diversas esferas e momentos da vida, reforçando que “ser pobre não implica somente em privação material” (Crespo e Gurovitz, 2002, p. 5). Logo,

é perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Isso seria confundir os fins com os meios. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. (Crespo e Gurovitz, 2002, p. 6)

Através da pobreza multidimensional, é possível desenvolver uma leitura que proporciona matrizes abrangentes para o direcionamento de propósitos, metas e ações das políticas públicas em prol da erradicação das desigualdades (Fahel, Teles e Caminhas, 2016), uma vez que meras relações instrumentais não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza. É perceptível que existem necessidades universais as quais os sujeitos consideram como imprescindíveis para a erradicação da pobreza em distintas sociedades, como alimentação, vestuário, moradia, educação e saúde, por exemplo. Contudo, a perspectiva multidimensional promove a compreensão de *como* o atendimento destas necessidades pode variar de acordo com a sociedade, questões históricas e sócio-espaciais, por exemplo, por mais que as demandas permaneçam universalizadas (Gordon, 2006).

A multidimensionalidade conduz a uma interpretação de que, limitada, a visão unidimensional nega a completude e a complexidade dos sentidos, produzindo riscos de uma leitura esvaziada, enviesada e generalista da pobreza. A importância assumida desta perspectiva, em correlação direta com o fenômeno trabalhado, pode ser compreendida de maneira que, “se tendes o sentido da complexidade, tendes o sentido da solidariedade. Além disso, tendes o sentido do caráter multidimensional de qualquer realidade” (Morin, 1995, p. 100). É necessário ter em mente que a leitura das relações existentes para o estabelecimento da multidimensionalidade da pobreza é diretamente afetada pela existência de uma pluralidade de corpos e existências, as quais estabelecem motivações e objetivos que possuem importância na determinação das necessidades e escolhas. (Ferrullo, 2006)

Gênero na perspectiva interseccional: tecendo reflexões

No que diz respeito a integração e a reordenação dos fluxos, a globalização é especialmente catastrófica para as mulheres (Federici, 2019). O capitalismo moderno é gerenciado por agências dominadas por objetivos que buscam dar ao capital o controle completo sobre os corpos, o trabalho e os recursos. Neste sentido, a sociedade capitalista pressupõe a assimetria no que diz respeito à organização sócio-espacial, bem como na exploração dos corpos colocados à margem do processo de acumulação (Federici, 2017). O fato de que sejam os homens que controlam a maior parte das riquezas é um aspecto da criação social da modernidade, bem como da centralização patriarcal nas relações.

Através da construção de uma leitura binária acerca dos sujeitos (McDowell, 1999) e de seus marcadores sociais de diferença (Brah, 2006), ao feminino estabeleceu-se a domesticação dos corpos, bem como a sedimentação do trabalho de reprodução invisível associado ao feminino (Federici, 2017). A globalização triunfa a partir de um ataque sistemático “às condições materiais da reprodução social e sobre os principais sujeitos desse trabalho, que, na maioria dos países, é composta por mulheres” (Federici, 2019, p. 183).

Segundo Bourdieu (2002), as sociedades ainda vivem sob a força da ordem masculina, que funciona como uma imensa máquina simbólica que considera como dimensões do feminino o doméstico e o cuidado, e como dimensões do masculino a assembleia, o salão, o tempo do ciclo de vida pública. A partir deste pressuposto, reitera-se a dualidade na significação dos papéis de gênero: a *natureza*, dominada, associa-se ao feminino e a *razão* dominante, vincula-se ao que é entendido enquanto

masculino. O homem se identifica simbolicamente com a cultura, que é uma tentativa de dominar e transcender a natureza: a mulher (McDowell, 1999).

Para Sherry Ortner (1974), a divisão do mundo em natureza e razão e a associação de cada uma delas à construção social do feminino e masculino, respectivamente, poderia ser a base da distinção intercultural ou universal de dois gêneros. Considerando as especificidades culturais de cada sociedade, há um sistema, historicamente construído, que impõe e naturaliza as diferenças no uso do tempo, no estabelecimento de relações e nas espacialidades associadas ao feminino e ao masculino (Borsoi e Pereira, 2011).

É notável, portanto, que a identidade de gênero construída histórica e socialmente é um dos eixos centrais que organizam as experiências no mundo social, sendo que “onde há desigualdade que atendam a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens — ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade” (Biroli e Miguel, 2015, p. 8), evidenciando a interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021). Através da perspectiva interseccional, é sobressaltado o fato de que, para distintas mulheres, a depender da raça, da classe e, necessariamente, do gênero, as possibilidades de ação e articulação social, bem como as percepções acerca de uma vida digna (De Oliveira, Nandy e Vedovato, 2022), tomam rumos distintos e complexos, de forma a possibilitar leituras dinâmicas sobre a pobreza e as formas de compreender, medir e combater o problema. Dessa forma,

o fato de serem mulheres “pode antecipar algo sobre as restrições e expectativas” que se apresentem, mas é justamente porque as mulheres não estão sempre em desvantagem que a generalização da posição de algumas mulheres foi denunciada como forma de tornar invisíveis as experiências de outras mulheres e as relações de poder que as diferenciam. (Biroli, 2018, p. 36)

É certo que para cada mulher, do ponto de vista interseccional, altera-se a configuração dos deslocamentos e sua periodicidade, bem como das redes e relações estabelecidas na busca pelo acesso à garantia de direitos. Apesar de, na construção dos aparatos legais de direito, todos os espaços públicos serem lidos como acessíveis a todos os sujeitos, é perceptível que o movimento, uso e construção das relações sociais são imbuídos de contradições e assimetrias. Para Collins e Bilge (2021, p. 247), “a desigualdade social é um objeto fundamental de investigação da interseccionalidade”, que por sua vez, auxilia na percepção, leitura e medição das disparidades de maneira a negar a neutralidade do processo e reconhecer

as implicações sócio-espaciais, e, no caso específico da discussão deste artigo, as dimensões da pobreza e seus tensionamentos com o trabalho do cuidado.

Inerente a isto, a sexualidade, o gênero e a classe, juntamente com a raça, a etnia e outros marcadores sociais, estão implicados de forma relacional na produção de estruturas e conflitos que dizem respeito às capacidades e privações (Sen, 2000) de diferentes indivíduos. Para que o sistema hegemônico se mantenha, é imprescindível que as diferenças sustentem as disparidades entre os sujeitos.

Então, é possível inferir que o capital também é interseccional, uma vez que sempre se cruza com os corpos que produzem trabalhos e são explorados e marginalizados em um processo de reprodução social, especialmente os corpos que são lidos como femininos pela sociedade moderna. Portanto, o fenômeno da pobreza, bem como da consequente desigualdade e exclusão social, não são apenas generalizados, como também são baseados no gênero (Zhang e Gordon, 2020).

O trabalho do cuidado como elemento para o entendimento da pobreza multidimensional

Assumindo que as causas e a experiência da pobreza não são neutras, além de serem compostas pela multidimensionalidade do fenômeno, é possível inferir que homens e mulheres estão expostos à pobreza de maneiras distintas, construídas através de múltiplos fatores, o que exige uma abordagem e leitura do acontecimento que seja sensível ao gênero para o desenvolvimento da análise (Bastos *et al.*, 2009). Ademais, uma abordagem comprometida com o gênero envolve variáveis muito além da produção e leitura de dados quantitativos: a pobreza multidimensional, compreendida para além de uma leitura exclusivamente monetária, evidencia a privação nos domínios em que mulheres, em consequência de uma sociedade estruturalmente desigual, possuem. Dito isso, apesar das iniciativas de promoção da igualdade de gênero em diferentes localidades, ainda há a persistência da maior probabilidade da pobreza entre mulheres, uma vez que ainda enfrentam profundos entraves para suprir suas necessidades de sobrevivência, desenvolvimento e prosperidade.

Mesmo com visíveis avanços no que diz respeito à leitura e combate à pobreza, as mulheres, especialmente as pretas e pardas, permanecem como as mais vulneráveis em termos de acesso e manutenção da qualidade de vida. Imersas em cotidianos de reprodução do trabalho

não pago (Federici, 2017), duplas, triplas jornadas laborais² e pilares da exploração do trabalho em forma de cuidado (Federici, 2021), as mulheres estão mais vulneráveis à precariedade da vida (Butler, 2011).

De acordo com a pesquisa Sínteses dos Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, haviam 108,4 milhões de mulheres no Brasil, das quais 26,9 milhões (cerca de 22% da população feminina) eram pobres e 7,2 milhões (6,64%), extremamente pobres³. Nesse caso, mulheres negras e pardas são evidentemente mais afetadas pela pobreza: embora elas representem 28,7% da população total de brasileiros (60,1 milhões), são o grupo mais numeroso entre os pobres (38,1% ou 19,7 milhões) e extremamente pobres (39,8% ou 5,4 milhões). Em 2022, o arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos concentrou a maior incidência de pobreza no Brasil. Além disso, na maior parte dos países da América Latina, é notável que muitas mulheres, mesmo com a conclusão dos anos de escolarização na educação básica, abandonam seus estudos posteriores ou sua carreira profissional porque são encarregadas das tarefas domésticas, essencialmente de cuidado (PNUD, 2023).

Com esse cenário é possível compreender que, a reprodução do trabalho não remunerado, em especial aquele atrelado à tarefa do cuidado, é necessária para a acumulação de mais-valor e para o funcionamento da sociedade capitalista moderna, uma vez que é essencial para o desenvolvimento de trabalhadores e para a organização da esfera pública da produção. Entendido enquanto ações e práticas dedicadas a preservar e sustentar a vida, fundamentais para sua reprodução, e que vão além da obtenção de benefícios mercantis, o cuidado é um pilar estrutural para a manutenção das condições de vida da sociedade (Carrasco, 2001; Batthyány, 2015). Nenhuma dinamização poderia existir se “caso faltassem o trabalho doméstico, a criação de crianças, o cuidado afetivo e uma gama de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores” (Fraser e De Sousa Filho, 2020, p. 264). Neste sentido,

2 Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto homens gastaram 11,7 horas. Além disso, mulheres pretas ou pardas dedicaram cerca de 1,6 horas a mais nestes afazeres.

3 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda reproduz a leitura da pobreza através de um viés exclusivamente monetário. Neste sentido, utilizando como base os critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, sujeitos pobres são aqueles que possuem como renda per capita (mês) o valor de R\$655, enquanto os extremamente pobres possuem rendimentos de até R\$209 (mês).

a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. (Federici, 2019, p. 42).

Para Fraser e De Sousa Filho (2020), a problemática do esgotamento, da “pobreza de tempo” e da sobrecarga de inúmeras jornadas de trabalho faz com que haja o estabelecimento de uma crise frequentemente associada a não materialidade de uma série de capacidades sociais, atreladas não somente à reprodução do trabalho não pago por parte das mulheres, como também nas necessidades básicas a serem atendidas para o estabelecimento de uma vida digna. Contudo, a marginalização das condições femininas no que diz respeito ao trabalho doméstico e ao trabalho do cuidado, silencia disputas em torno de sua distribuição, o que é reforçado pela estrutura social patriarcal (Pautassi, 2018).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que existe uma preocupação sobre dados referentes à participação econômica das mulheres no mercado de trabalho remunerado, ou com relação à participação em outras camadas da esfera pública, por exemplo, por outro lado não existe um tensionamento sistemático e organizado sobre as condições experimentadas pelas mulheres no que se refere à reprodução do trabalho não remunerado no ambiente doméstico. Com uma discussão despolitizada, abrem-se espaços para segregações horizontais e verticais, para a concentração de poder e para a assimetria intergeracional e intragênero, pois ignoram que cada ato de cuidado “ocorre às custas do tempo, bem-estar, saúde e oportunidades de trabalho das mulheres” (Pautassi, 2018, p. 724. Tradução nossa).

Ora, se em termos democráticos é construído um sistema político com caráter inclusivo, é possível questionar sua legitimidade quando há a exclusão de uma parcela significativa da população no que diz respeito às possibilidades de representação e potencialização de suas capacidades. É perceptível que, para além do simbolismo da dominação masculina sobre as relações sociais, há a ampliação da dicotomia entre o público e o privado, o que aprofunda a precariedade do trabalho não pago sob a lógica do cuidado (Federici, 2021) bem como dificulta a garantia

de condições necessárias para o estabelecimento de uma vida digna (De Oliveira, Nandy e Vedovato, 2022).

Em concordância com Biroli e Miguel (2015), a institucionalização do simbolismo masculino na consolidação das relações de poder é incorporada à vida social e aos seus respectivos códigos de conduta, além do controle jurídico instaurado através da burocratização do Estado. Neste sentido, coexistem a permanência da vulnerabilidade relativa de mulheres, além da ausência de políticas públicas adequadas para reduzir as disparidades, em especial no que se refere às condições de trabalho não remunerado. Dito isso, o enfrentamento das desigualdades relacionadas às formas atuais de compreensão da pobreza multidimensional não pode prescindir de uma abordagem interseccional, uma vez que ela se materializa em uma disputa que expõe a posição relativa de determinados indivíduos no acesso às necessidades e potencialização de suas capacidades. Assim sendo,

[...] não se trata apenas de diversidade. Numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais. Estão mais sujeitas à violência e à humilhação. (Biroli, 2018, p. 102)

Ao lançar mão do gênero à luz da interseccionalidade amplia-se a perspectiva da pobreza e transformam-se análises em *práxis*⁴ críticas, de maneira a tornar a investigação mais bem posicionada em suas conexões e propostas, apresentando preocupações no que diz respeito à justiça social e ao enfrentamento de desigualdades (Collins e Bilge, 2021). Neste sentido, a chave da compreensão multidimensional é deixar visíveis todas as tarefas e dinâmicas que se desenvolvem nas esferas públicas e privadas, de forma a identificá-las como dinâmicas de trabalho, desprendimento de tempo e energia (Batthyány, 2021).

O recente marco da Corte Interamericana de Direitos, que reconhece o cuidado enquanto direito humano fundamental, interdependente de outros direitos como saúde, trabalho, igualdade de gênero e proteção social, é um avanço significativo nas dinâmicas que atravessam a multidimensionalidade da pobreza e a reprodução de desigualdades. A defesa do compartilhamento da responsabilidade do cuidado entre

⁴ Aqui compreendida a partir de Freire (2023), que reconhece a união inseparável entre teoria e prática através do processo reflexivo e ativo dos sujeitos em prol da transformação da realidade e da superação das contradições sociais.

Estado, sociedade, esfera pública e privada é um movimento importante que repercute especialmente em grupos historicamente marginalizados e subalternizados, como as mulheres, por exemplo. Além disso, o estabelecimento do cuidado não atrelado de forma exclusiva e desproporcional a alguns grupos sociais específicos amplia as possibilidades de construção de políticas públicas que eliminem estereótipos e sobrecargas estruturais, criando sistemas integrais e plurais que conciliem demandas e dinâmicas sociais.

Logo, o reconhecimento do cuidado como direito fundamental, necessário para o estabelecimento de uma vida digna, implica incorporar padrões e princípios à atuação dos Estados em situações concretas com base na universalidade, indivisibilidade e interdependência (Pautassi, 2018, p. 731). Conceber os cuidados como um direito universal (Batthyány, 2021), implica na garantia de receber cuidados necessários em diferentes circunstâncias e momentos da vida, evitando que a satisfação e a leitura dessa necessidade seja determinada pela lógica de mercado, que insiste em precarizar as condições femininas. Além disso, há o pressuposto do direito de escolha com relação ao cuidar ou não no âmbito das relações familiares não remuneradas, não considerando esse aspecto como uma obrigação exclusivamente feminina, ou de núcleos familiares em situação de vulnerabilidade.

Dito isso, a integração do gênero à pobreza multidimensional, bem como da inserção das discussões acerca do trabalho doméstico e trabalho do cuidado atrelados à pauta, abre espaço para que o reconhecimento da diferença seja eficiente no traçado de leituras comprometidas com o entendimento da mulher enquanto categoria política (Federici, 2023), estruturalmente constituída através de vulnerabilidades e opressões relativas, mas que carrega consigo grande complexidade no que diz respeito à capacidades e privações. Neste sentido, o viés interseccional, atrelado à necessidade desta integração, auxilia na investigação de conexões com a promoção da justiça social.

Considerações finais

Reconhecendo suas limitações, uma vez que a discussão sobre gênero e pobreza multidimensional não se esgota em poucas páginas, a proposta no decorrer deste texto foi trazer à tona a necessidade de ampliar o reconhecimento das variáveis presentes no desenvolvimento das sociedades, à luz da interseccionalidade, de modo a evidenciar a complexidade inerente à leitura da pobreza multidimensional. Portanto, para compreender as desigualdades de privações e capacidades da população, é necessário

ter em mente que a multidimensionalidade da pobreza é intrínseca às divisões sociais que evidenciam a interseccionalidade dos sujeitos.

Por entre as desigualdades inerentes à pobreza multidimensional, a problemática do trabalho do cuidado deve assumir papel central no desenvolvimento de discussões acerca das realidades femininas. Numa sociedade em que a monetarização governa todas as responsabilidades, é urgente a exigência da responsabilidade social no que diz respeito ao trabalho doméstico. Negligenciar as questões no entorno das disparidades de funções e deveres femininos contribui para a manutenção de um discurso problemático que defende que o cuidado e a servidão àqueles que constroem e trabalham em prol da sociedade são exclusivamente atribuídos às mulheres.

Logo, a importância de uma análise teoricamente posicionada no gênero, no que diz respeito a como as mulheres vivenciam a pobreza multidimensional, bem como são estabelecidos os tensionamentos e problemáticas em torno do trabalho do cuidado, é fundamental para atender suas necessidades específicas, identificar os obstáculos que as impedem de sair da pobreza e formular recomendações de políticas públicas que sejam transformadoras em termos de gênero, e eficazes na erradicação de desigualdades.

Referências

Agência IBGE (2019, 6 de novembro). Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. *Agência de Notícias IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>

Agência IBGE (2023). *Trabalho e rendimento: resultados preliminares da amostra. Censo 2022*. Rio de Janeiro: IBGE. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/53fde9c24f6d8df3108c83f6378e018f.pdf

Agência IBGE (2024, 6 de março). Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. *Agência de Notícias IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas>

domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza

Bastos, Amélia et al. (2009). Women and poverty: A gender-sensitive approach. *The Journal of Socio-Economics*, 38(5), 764–778.

Batthyány, Karina (2015). Políticas, cuidados e direitos. *Miradas Iberoamericanas*, 73.

Batthyány, Karina (2021). *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

Biroli, Flávia (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Biroli, Flávia y Miguel, Luis Felipe (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo

Borsoi, Izabel Cristina Ferreira e Pereira, Flavilio Silva (2011). Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. *Temporalis*, 11(21), 119–145.

Bourdieu, Pierre (2002). As condições sociais da circulação internacional das ideias. *Enfoques*, 1(1), 6–15.

Brah, Avtar (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329–376.

Butler, Judith (2011). Vida precária. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 1(1), 13–33.

Calió, Sônia (1991). *Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo, Brasil.

Carrasco, Cristina (2001). La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, (82), 43–70.

Collins, Patricia Hill e Bilge, Selma (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Crespo, Antônio Pedro Albernaz e Gurovitz, Elaine (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE Eletrônica*, 1(1), 1–12.

De Oliveira, Flávia Uchôa; Nandy, Shailen e Vedovato, Luís Renato (2022). Preferências adaptativas, pobreza multidimensional e políticas públicas: Os contornos da dignidade humana. *Direito Público*, 19(104).

De Sousa, Geovânia Silva; Vedovato, Luís Renato e Assis, Ana Elisa Spolonzi Queiroz (2023). Pobreza multidimensional, mobilidade humana e os desafios para o direito e para a dignidade humana em um mundo globalizado. *Diké-Revista Jurídica*, 22(22), 109–124.

Duarte, Andressa e Morimoto, Lays Harumi (2024). Economia do cuidado e equidade de gênero no trabalho: o papel das políticas

públicas de assistência social e dos novos arranjos de trabalho. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 14(1), 141–155.

Fahel, Murilo; Teles, Letícia Ribeiro e Caminhas, Davy Alves (2016). Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(92), e319205.

Federici, Silvia (2017). *Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.

Federici, Silvia (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.

Federici, Silvia (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (Vol. 1). São Paulo: Boitempo Editorial.

Federici, Silvia (2023). *Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Elefante.

Ferullo, Hugo (2006). El concepto de pobreza en Amartya Sen. *Cultura económica*, (66), 10-16.

Fraser, Nancy (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 11–33.

Fraser, Nancy (2023). *Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the planet and what we can do about it*. Nova York: Verso Books.

Fraser, Nancy e De Sousa Filho, José Ivan Rodrigues (2020). Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, 27(53), 1.

Freire, Paulo (2023). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Gordon, David (2006). The concept and measurement of poverty. Em C. Pantazis, D. Gordon e R. Levitas (Eds.), *Poverty and social exclusion in Britain: The millennium survey* (pp. 29-69). Bristol: The Policy Press.

McDowell, Linda (1999). *Gender, identity and place: Understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Morin, Edgar (1995). *Introdução ao pensamento complexo*. São Paulo: Instituto Piaget.

Oliveira, Nadja Simone Menezes Nery (2018). *Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional* [Tese de doutorado]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.

Organização das Nações Unidas (2024). *Perfil Regional de Igualdad de Género América Latina y el Caribe*. México: ONU México. <https://mexico.un.org/es/263686-perfil-regional-de-igualdad-de-g%C3%A9nero-am%C3%A9rica-latina-y-el-caribe>

Tramas
y Redes
Dic. 2025
Nº9
ISSN
2796-9096

MARIA JÚLIA BUCK ROSSETTO ANA ELISA SPAOLONZI QUEIROZ ASSIS
LUIÍS RENATO VEDOVATO

Ortner, Sherry (1974). Is female to male as nature is to culture? Em Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere (Eds.), *Woman, culture, and society* (pp. 68–87). Redwood City: Stanford University Press.

Pautassi, Laura Cecilia (2018). El cuidado como derecho: un camino virtuoso, un desafío inmediato. *Revista de la Facultad de Derecho de México*, 68(271).

Petroni, Lucas (2021). A pobreza é coercitiva? *Novos Estudos CEBRAP*, 40(3), 407–424.

PNUD (2023). 2023 Gender Social Norms Index (GSNI). PNUD. <https://hdr.undp.org/content/2023-gender-social-norms-index-gsni>

Rago, Margareth (2004). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Saffiotti, Heleieth (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Santos, Milton (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, Joseli Maria (2009). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra.

Townsend, Peter (1979). *Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living*. Londres: Penguin Books.

Zhang, Mary e Gordon, David (2020). Understanding gender inequality in poverty and social exclusion through a psychological lens: Scarcities, stereotypes and suggestions. En Fanny M. Cheung e Diane F. Halpern (Eds.), *The Cambridge handbook of the international psychology of women* (pp. 390–401). Cambridge: Cambridge University Press.